



Montagem com fachadas de casas no Itaim Paulista, na zona leste de São Paulo

SOMOS TODOS PERIFERIA

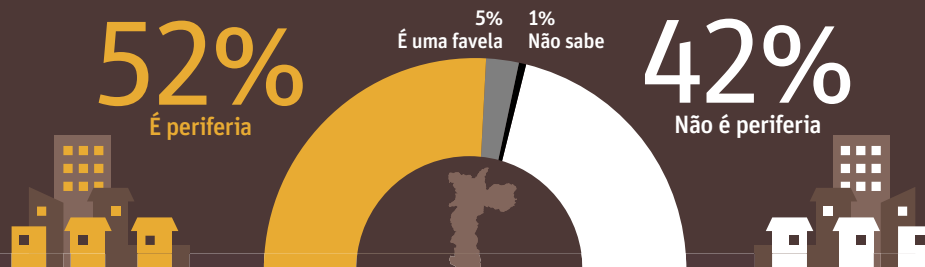
MAIORIA DOS PAULISTANOS AFIRMA MORAR EM ÁREAS EXCLUÍDAS

UM QUARTO DA POPULAÇÃO DIZ TER SIDO DISCRIMINADA POR CAUSA DO ENDEREÇO

40% DOS MORADORES EVITAM ALGUNS BAIRROS DA CIDADE

Pesquisa Datafolha com 2.017 pessoas de todas as regiões de São Paulo mostra que os entrevistados têm uma percepção negativa das zonas consideradas periféricas; seminário promovido pela Folha e o Instituto Tide Setubal discutiu a necessidade de políticas públicas levarem em conta particularidades locais Págs. 2, 3, 6 e 7

ONDE VOCÊ MORA É PERIFERIA, NÃO É PERIFERIA OU É FAVELA? Resposta estimulada e única, em %



SATISFEITOS
A maioria dos moradores da capital está satisfeita com o bairro onde mora. Numa escala de zero a dez, 76% atribuíram notas de seis a dez aos locais onde vivem. A nota média foi 7,0

IMAGEM DA PERIFERIA

52% DOS PAULISTANOS AFIRMAM MORAR EM ÁREAS EXCLUÍDAS

Pesquisa Datafolha aponta Capão Redondo, Guaianases e Itaquera como os bairros mais identificados com pobreza em São Paulo



Rua em favela na zona sul de São Paulo

Julio Bittencourt/Folhapress

PLÍNIO FRAGA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A periferia está associada a pobreza e a violência para a maioria —46%— dos moradores de São Paulo, indica pesquisa Datafolha. Capão Redondo (na região sul), Guaianases e Itaquera (na leste) são os bairros mais reconhecidos como periferia da capital paulista.

Quatro em cada dez moradores declararam ter o costume de evitar ir a alguns bairros da cidade. Quase um quarto dos paulistanos sofreu preconceito em razão do local em que mora, taxa que cresce dez pontos percentuais (34%) entre aqueles que se autodeclararam negros.

Os entrevistados vítimas de preconceito afirmaram que as situações mais comuns ocorreram no dia a dia e em entrevistas de emprego.

Uma em cada quatro pessoas disse que ficaria preocupada ou não aceitaria se pessoas de favelas viessem morar no seu bairro.

Para 70% dos paulistanos, bairros de periferia deveriam receber mais investimentos públicos do que os demais distritos, indicando aceitar políticas públicas compensatórias da desigualdade.

Construção geográfica, sociológica e ideológica, a categoria periferia está incorporada ao discurso e à percepção da população sobre como a cidade está organizada, confirma a pesquisa.

O modelo centro-periferia surgiu como metáfora espacial para descrever a relação entre um lado metropolitano que concentra serviços e riquezas e outro, disperso nas bordas da cidade, com difícil acesso a infraestrutura.

Os números mostram que a periferia deixou de ser uma associação com o espaço da cidade para consolidar-se como sinônimo de área menos privilegiada, com mais pobres e mais casos de violência.

Para um quarto dos entrevistados (26%), a primeira ideia que vem à cabeça quando pensa em periferia em São Paulo é pobreza, seguida por violência (20%), favela (8%) e área abandonada (6%).

Apesar de percebida como discriminada, a periferia é um local de gente que se define principalmente como sendo de “classe média ou média baixa”.

Os que declaram que vivem em favelas destoam da periferia por serem menos escolarizados e mais jovens, pobres, negros, desempregados (ou sem carteira assinada) e evangélicos.

O acesso ao mercado de trabalho é crítico para a periferia, com taxas de atividade mais baixa e menor grau de formalização.

O levantamento foi realizado entre 26 e 29 de abril. Ouviu 2.017 pessoas, homens e mulheres, de 18 anos ou mais,

pertencentes a todas as classes econômicas, moradores de todas as regiões da cidade de São Paulo. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

QUALIDADE DE VIDA

O Datafolha listou 16 frases sobre a cidade e pediu para os entrevistados associá-las aos tipos de bairros —periferia, não periferia ou a ambos— com que avaliam que estão mais relacionadas.

Ideias associadas a melhor qualidade de vida são vinculadas a bairros que não são de periferia.

Nesses há melhor infraestrutura urbana (dizem 86% dos entrevistados), mais oportunidades de emprego (83%), serviços de saúde de qualidade (76%), espaços de lazer para todos (67%), são bons lugares para criar os filhos (67%), há escolas que funcionam bem (67%), boas opções de transporte (66%), mostram-se bons para se morar (65%), são mais seguros (65%) e têm atividades culturais mais interessantes (65%).

Uma solitária ideia de apoio mútuo prevalece nos bairros ditos de periferia: 79% dos entrevistados acreditam que os moradores são mais solidários e 51% apontam que há mais pessoas buscando soluções para os problemas da região.

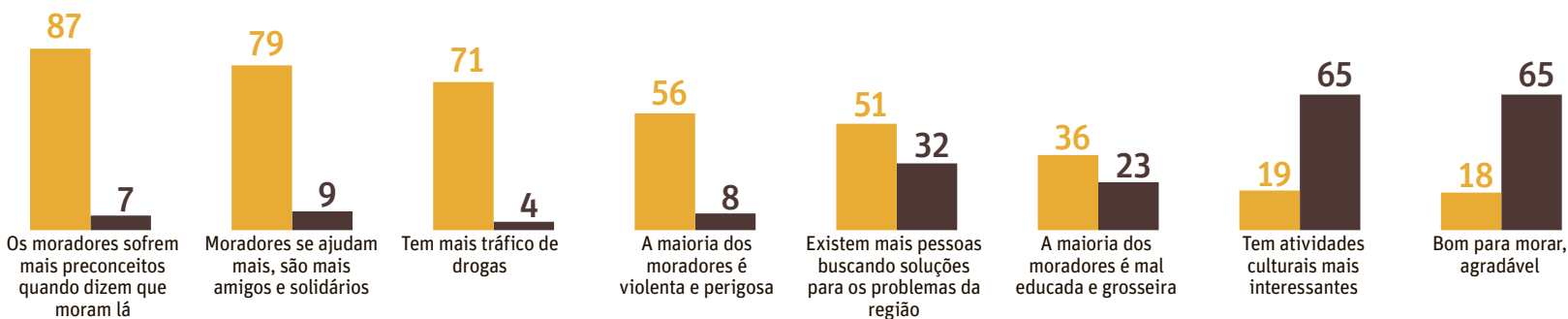
No geral, a periferia está associada ao caos urbano e social: a maioria dos moradores é violenta e perigosa (56%), tem mais tráfico de drogas (71%), sendo que seus moradores sofrem mais preconceitos devido ao bairro onde moram (87%).

Os entrevistados acham que 33% dos paulistanos têm comportamento mal educado e grosseiro. Esse índice é um pouco maior (36%) na periferia e dez pontos menor (23%) em bairros não identificados como tal.

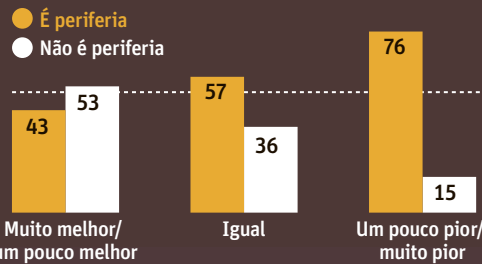
Os bairros da região oeste de São Paulo, como Morumbi e Pinheiros, são vistos como os melhores para morar, se divertir e fazer amigos; bairros do centro, como Consolação e Liberdade, são melhores para trabalhar, fazer compras e estudar.

Segundo a pesquisa, os paulistanos estão satisfeitos com o bairro onde vivem, dando nota média 7 a ele. As principais vantagens do local onde moram são o comércio e o transporte público próximos. A principal desvantagem é a violência.

A maioria dos entrevistados declarou que não se importaria se um filho tivesse aula na escola com algum professor que morasse na favela (88%), não se importaria se um filho casasse com alguém que morasse na favela (75%) e não se importaria se famílias provenientes de favelas mudassem para o seu bairro (73%).



COMO AVALIA SEU BAIRRO EM RELAÇÃO AOS OUTROS



O LUGAR ONDE VIVE É MELHOR QUE OS DEMAIS PARA

51%

dos entrevistados. Na região Oeste 2, 69% afirmam que o bairro é melhor do que os outros

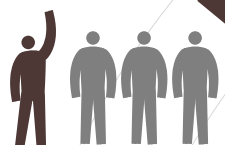
PRINCIPAIS IMAGENS ASSOCIADAS À PERIFERIA



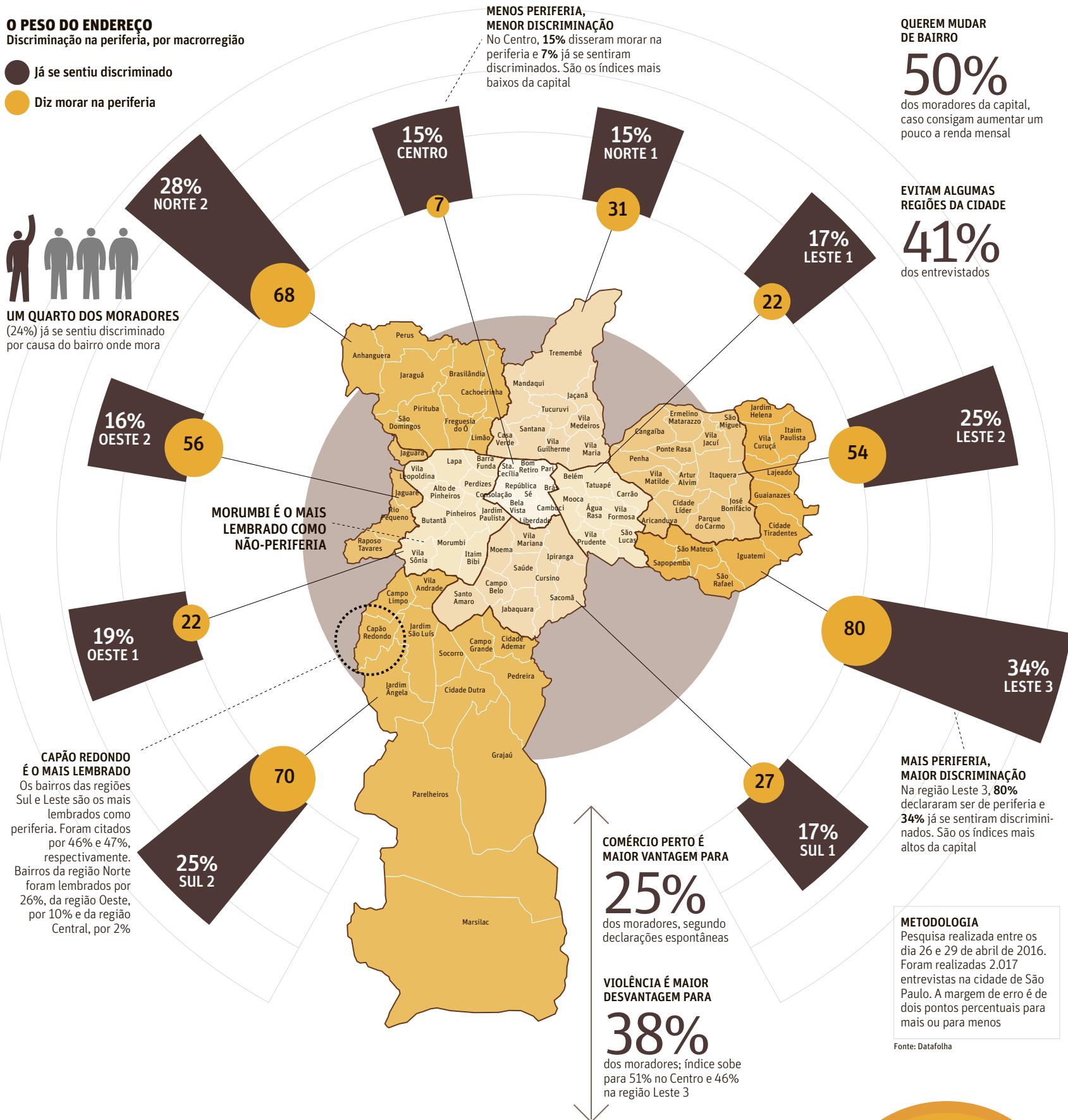
O PESO DO ENDEREÇO

Discriminação na periferia, por macrorregião

- Já se sentiu discriminado
- Diz morar na periferia



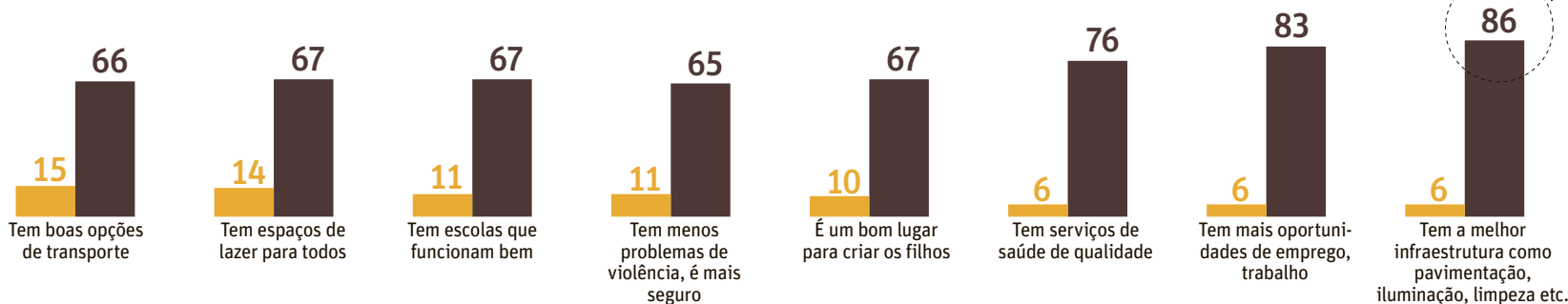
UM QUARTO DOS MORADORES (24%) já se sentiu discriminado por causa do bairro onde mora



A PERCEPÇÃO DA PERIFERIA

PERGUNTA: Eu vou ler algumas frases sobre a cidade e gostaria de saber de cada uma se está mais associada aos bairros de periferia ou aos bairros que não são de periferia

- Bairros de periferia
- Outros bairros



70%

acham que a periferia deveria receber **mais investimentos públicos** do que o resto da cidade



As letras desses MCs são reflexo dos estímulos que eles recebem da sociedade. Na falta de equipamentos públicos e de ofertas de lazer, passam boa parte do dia assistindo à TV. A letra é reflexo do que passa nela

BRUNO RAMOS
vice-presidente da Liga do Funk



DESIGUALDADE QUESTÃO DE TERRITÓRIO

Qual o caminho para promover equilíbrio e garantir direitos: particularizar ou universalizar ações públicas?

PHILIPPE SCERB
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Muitos acharam que a modernização das metrópoles brasileiras a partir do século passado levaria a um maior equilíbrio social e espacial.

Não foi o que aconteceu. Apesar de progressos recentes na redução da desigualdade de renda e na expansão de serviços, as desigualdades territoriais se acentuaram.

“Ampliou-se muito a cobertura das políticas sociais, mas tanto oferta quanto qualidade seguem sendo mais precárias nas periferias. A diferença em relação ao centro é abissal”, diz Gabriel Feltran, professor de sociologia da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e pesquisador do CEM (Centro de Estudos da Metrópole).

É verdade que já não se pode opor centro e periferia como blocos uniformes, já que ocorreram a depreciação de áreas centrais e o desenvolvimento de regiões periféricas.

Mas as disparidades permanecem evidentes. Há discrepância entre investimentos públicos feitos em diferentes regiões das cidades, fenômeno que o empresário Oded Grajew qualifica de “incoerência entre recursos e carências”. Grajew coordena a Rede Nossa São Paulo.

Especialistas como ele em políticas públicas defendem que a ação do Estado leve em conta as especificidades dos territórios para garantir direitos e reduzir desigualdades.

O Estado, baseado no princípio do universalismo (igualdade de todos perante a lei), seria incapaz de operar fren-

te à pluralidade de condições e necessidades de diferentes territórios. A heterogeneidade dos espaços das metrópoles dificultaria ainda mais a consolidação de uma rede eficaz de proteção social.

A consideração do território na formulação e implementação de políticas públicas só se dá de forma passiva, segundo o professor de economia e sociologia da UFABC, Arilson Favareto.

Particularidades locais, como questionamentos de moradores a respeito de determinada política, não são considerados na sua formulação. “Boa parte das políticas no Brasil são territorialmente cegas e ignoram o conjunto de repercussões que vão causar”, afirma Favareto.

De acordo com ele, isso se deve, entre outros fatores, à “ditadura do curto prazo”, que impera na gestão pública. Envolver a população e considerar o espaço geográfico na formulação da política implica maiores custos e

prazos para sua implantação. A segregação socioespacial, mecanismo de reprodução da desigualdade, tem sido pouco combatida no Brasil, de acordo com Eduardo Marques, professor de ciência política da USP.

Considerando a segregação socioespacial como a existência de espaços relativamente homogêneos e distantes dentro de um aglomerado urbano, Marques afirma que as atividades econômicas tendem a se concentrar, relegando às áreas mais periféricas piores condições de vida e vulnerabilidade.

Restaria ao Estado promover políticas específicas de gestão do território, intervir mais fortemente no mercado de terras, taxando, por exemplo, de forma diferenciada algumas regiões e estabelecendo zoneamentos em função das necessidades específicas.

Pelo fato de os problemas estarem concentrados em determinados territórios, onde há um “acúmulo de desvantagens”, haveria “ganhos significativos se a implementação de políticas os levassem em consideração”.

Marques defende que o território sirva de critério para políticas de combate à pobreza. Planos como o Bolsa Família deveriam, na sua visão, considerar particularidades locais na distribuição de recursos e nas estratégias para identificar beneficiários.

Determinadas populações têm menos informação e mais dificuldade de se locomover e de lidar com formalidades públicas. A consideração do território poderia promover, então, a saída do burocrata



Maírene Bergamo/Folhapress

para encontrar o beneficiário — a chamada busca ativa, usada, por exemplo, no Programa Saúde da Família.

O mesmo vale para o desenho e a implementação de políticas sociais. “Quanto mais vulnerável o grupo, mais importante que a implementação da política esteja atenta aos detalhes daquele local”, afirma Marques.

As diferenças, portanto, devem ser reconhecidas entre os grupos e os territórios para a redução das desigualdades. “Não temos que uni-

versalizar políticas. Temos que universalizar direitos e, para isso, muitas vezes, é preciso implementar políticas diferentes, porque as pessoas são diferentes”, diz Marques.

O professor da UFSCar, Gabriel Feltran, pensa da mesma forma. “Ser negro no Brasil é diferente de ser branco, ou não? É preciso reconhecer isso para propor qualquer política de igualdade entre negros e brancos”, exemplifica.

Uma abordagem territorial na formulação e implementação de políticas públicas

➤
**É PRECISO
IMPLEMENTAR
POLÍTICAS
DIFERENTES,
PORQUE AS
PESSOAS SÃO
DIFERENTES**



Quem trabalha, quem usa o transporte público conhece melhor as carências e necessidades do serviço do que o técnico que está no gabinete e não pega ônibus

MAYARA VIVIAN
militante do Movimento Passe Livre



Os gestores públicos assimilaram um pouco a importância do território no âmbito teórico. Já na prática, na execução, deixam muito a desejar

PATRÍCIA MARIA DA SILVA
assistente social da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo



Julio Bittencourt/Folhapress

Metrô passa pela estação Tietê, zona norte



» POEMA EM LINHA FÉRREA Rafael Carnevali, 27, à esq., e Andrio Candido, 29, declamam versos em vagão da linha 12-safira da CPTM, que passa pela zona leste de São Paulo; com o amigo Lucas Afonso, 23, eles formam o grupo de intervenções poéticas Filhos de Ururá, com 12 mil fãs no Facebook. “Outro dia, na Lapa, o vagão aplaudiu. Em dois anos, foi a primeira vez”, afirma Rafael. “Eles têm letras bem boladas, cantam a nossa realidade”, opina a espectadora e porteira Cíntia Ribeiro, 36, a caminho da estação Comendador Ermelino

pode incentivar a participação política de sociedade civil e usuários de serviços, por meio de conselhos.

Pode, também, significar descentralização, com decisões atribuídas a instâncias mais próximas da área onde a iniciativa vai ser executada. Por fim, pode se traduzir em adaptação da própria política à particularidade do local.

A confusão que envolve as implicações de uma estratégia territorial pode ser um dos fatores responsáveis pelo seu baixo apelo no debate públi-

co, mais afeito a discutir políticas compensatórias, como o Bolsa Família, e afirmativas, como cotas.

A professora de sociologia da PUC-SP Mônica de Carvalho é simpática a uma dimensão descentralizadora que redistribua recursos e equipamentos públicos conforme as carências de cada área.

Mas questiona a viabilidade de universalizar direitos sem universalizar políticas. “A política é a materialização dos direitos. Negar isso abre brecha para que o Estado se

abstenha e relegue ao mercado a responsabilidade pela efetivação de direitos”.

Segundo Carvalho, o cerne da questão foi colocado pelo economista francês Thomas Piketty no já clássico “O Capital no Século XXI”.

“A discussão sobre políticas compensatórias e também territorializadas advém, em parte, da crescente escassez de recursos do Estado para garantir direitos de forma efetiva para toda a sociedade”, defende a professora. Portanto, numa manobra pragmática, o Estado concentraria seus esforços orçamentários naqueles que mais precisam dos serviços.

Sem condições de aumentar a arrecadação, dada a resistência pública, os governos assumiriam como alternativa priorizar gastos compensatórios e focalizados nos seus cidadãos mais dependentes. O que estimularia o sentimento por parte de determinados grupos de que não precisam do Estado e passam a reivindicar seu encolhimento.

“O papel da política universal é também transmitir a universalidade da coisa pública, que todos pertencem a uma mesma comunidade. Políticas particulares tendem a fragmentar a compreensão social e a estrutura comum se rompe”, afirma Carvalho.

Sobre a importância do território e a necessidade de a política pública se adaptar a ele, a professora também enxerga riscos.

A diferença entre os cursos oferecidos pela USP Leste, de caráter bem mais técnico, e pelo campus do Butantã da USP, de caráter mais generalista, ilustra o problema, segundo Carvalho. “O que sustenta a diferenciação? A ideia de que a população de baixa renda necessita de informação mais pragmática, porque



POLÍTICAS PARTICULARES FRAGMENTAM A COMPREENSÃO SOCIAL, E A ESTRUTURA COMUM SE ROMPE

vai entrar mais cedo no mercado de trabalho.”

Carvalho registra, porém, que a consideração do território na formulação e na implementação de políticas públicas, especialmente sociais, não implica, necessariamente, em particularismos.

Na opinião dela, são relevantes as experiências que conseguem combinar uma estratégia capaz de se adaptar às especificidades do território com, no entanto, promover algum tipo de particularização na oferta do serviço. A política não deixa de ser universal ao se inserir em uma lógica de inclusão e adaptação às características do lugar e de seus moradores.

Caso emblemático é o Programa Saúde da Família, no qual membros da comunidade atendida são recrutados pela unidade de saúde como agentes comunitários e assumem o papel de estabelecer um vínculo entre a equipe médica e a população local.

A professora de políticas públicas da UFABC Gabriela Lotta, cuja tese de doutorado se concentrou na atuação dos agentes comunitários da saúde, aponta a importância desses atores, conhecedores dos

códigos e características locais e dotados de confiança da comunidade, para a eficácia da oferta de saúde.

O mesmo êxito não se observa no âmbito da educação, no entanto. Eduardo Marques, aliás, afirma que a capacidade das políticas de levarem em consideração o território, no que envolve o grau de descentralização e flexibilidade da iniciativa, varia conforme a evolução histórica das instituições dos diferentes setores.

“A comunidade da saúde aderiu há algum tempo à importância do território na implementação da política, assim como a assistência social, cujo sistema se baseia na experiência exitosa do SUS, ao passo que a comunidade da educação não incorporou essa vontade”, diz o professor.

Com efeito, são grandes as resistências entre pesquisadores, gestores e educadores a uma proposta de maior descentralização e adaptação das políticas educacionais.

O sociólogo francês Choukri Ben Ayed estuda os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais por meio da educação. O problema maior, na França, segundo ele, se concentra na disparidade de recursos físicos e humanos oferecidos a escolas de regiões com diferentes capacidades de arrecadação.

A necessidade de uma melhor redistribuição das receitas não deve, para Ben Ayed, abalar a autonomia atribuída às autoridades locais.

As propostas de adaptação de estratégias pedagógicas e conteúdo das disciplinas em função das características específicas dos territórios e do perfil dos alunos são, contudo, rejeitadas pelo professor. “Esse discurso da adaptação, no meu ponto de vista, pode se tornar apenas um eufemismo para a hierarquização”.



“
Toda vez que pensamos no debate público, na solução da crise, se diz: ‘a saída é a educação’. E depois se muda de assunto... Não podemos tratar a educação de forma passageira

MARIA ALICE SETUBAL
presidente da Fundação Tide Setubal



EXPERIÊNCIAS

NECESSIDADES LOCAIS DEVEM NORTEAR POLÍTICAS PÚBLICAS

Seminário Internacional Cidades e Territórios, realizado pela Fundação Tide Setubal, discutiu importância de ouvir a periferia sem compactuar com o assistencialismo



“
Ser periférico é estar em situação de desigualdade e exige criatividade para lidar com essa desvantagem

RONALDO ALMEIDA
professor de antropologia da Unicamp



“
Em um shopping center ou um enorme prédio de escritórios (...) não há ruas e praças para as pessoas conviverem e considerarem suas

SASKIA SASSEN
professora da Universidade de Columbia

DE SÃO PAULO

Políticas públicas eficazes para o combate da desigualdade devem levar em conta as necessidades territoriais específicas.

Os caminhos para isso foram discutidos no Seminário Internacional Cidades e Territórios, realizado pela Fundação Tide Setubal em parceria com a **Folha** na última terça (14), na Fecomercio, zona central da cidade.

O começo de tudo é aprender a ouvir e dialogar com as periferias das grandes cidades, sem compactuar com a cultura da caridade, do assistencialismo e do patrimonialismo, afirmou a socióloga Maria Alice Setubal, presidente da fundação criada há dez anos.

“Não se trata de ter a mesma visão dos moradores. Aprende-se a olhar olhando: é deter-se no simples, no habitual, e descobrir o belo, o inusitado, o espanto. Para a escuta é preciso ter esse olhar e também aprender a esvaziar-se para abrir espaço para ouvir o outro”, disse a socióloga durante a abertura do seminário.

Durante todo o dia, foram ouvidas várias experiências sobre essa rede complexa e diversificada que compõe os territórios.

A conferência da socióloga holandesa Saskia Sassen tratou da função da cidade como local onde as pessoas, mesmo as sem poder social, podem fazer sua história, criar sua cultura e sua forma de fazer parte da economia, e as ameaças a essa vocação urbana.

Professora da Universidade de Columbia (EUA), Sassen falou sobre como os megaprojetos multinacionais estão ocupando os grandes centros urbanos e empurrando a população para as fronteiras do território. E sem dar espaço para a própria cidade se apropriar deles, afirmou a professora.

A mesma questão foi abordada sob uma perspectiva psicanalítica por Christian Dunker, professor de psicologia da USP, que analisou como a construção de condomínios fechados a partir dos anos 1970 alterou a forma de as pessoas interagirem.

Esses empreendimentos de alto padrão reforçam a segregação social e territorial, segundo o economista Ricardo Abramovay, da USP.

“Olham a cidade do alto dessas torres e pensam: ‘que cidade violenta’. Mas é a segregação que alimenta essa violência”, disse o economista no debate sobre sustentabilidade social, econômica e ambiental.



“
Hoje, muitos filhos de imigrantes, mesmo nascidos na França há uma ou duas gerações, não são considerados franceses pela sociedade nem se sentem como tal

CHOUKRI BEN AYED
professor do Departamento de Sociologia da Université de Limoges

As dificuldades para se criar uma sociedade inclusiva foram abordadas na conferência de Choukri Ben Ayed, diretor do grupo de estudos sobre sociedades contemporâneas da Universidade de Limoges, na França.

Ayed discorreu sobre o fracasso na construção de um modelo de integração escolar e de uma cultura sem segregação social e étnica na França, que se tornou patente após os atentados terroristas de 2015 naquele país.

A cultura e a arte como meios de afirmar uma identidade e cruzar fronteiras foi outro tema debatido.

A expressão artística, como disse a antropóloga e consultora de políticas públicas Regina Novaes, é um dos principais meios usados pelos jovens para transformar o estigma da periferia em emblema para autoafirmação.

A arte e a cultura refletem também a diversidade a ser percebida nos territórios.

As periferias são múltiplas, afirmou Tony Marlon, criador do Instituto Escola de Notícias, do Campo Limpo, na zona sul.

Ou, como resumiu de forma poética Robinson Padial, criador do sarau do Binho: “Na periferia, o singular é coletivo. Nosso plurais são singulares. ‘É nós!’”

Aumentou a renda dos brasileiros, mas não aumentou o acesso a bens coletivos como saúde e educação de qualidade. Vivemos o mito da redução das desigualdades

RICARDO ABRAMOVAY
professor do Instituto de Energia e Ambiente da USP



O IBGE denomina favelas e periferias de aglomerados subnormais, a mídia e a sociedade as chamam de comunidades carentes. Todo juízo é marcado pelo estigma

JÁILSON DE SOUZA E SILVA
criador do portal Observatório de Favelas, professor de geografia da Universidade Federal Fluminense



Jorge Araujo/Folhapress

Adalgiza Sposati, Haroldo Torres, Ricardo Abramovay e Ricardo Senner (da esq. para a dir.) participam de debate no fórum



localizada na antiga FA
MORUMBI, loteada na
construção de moradias
Em 1950 começam as
ocupações por famílias
nordestinas de baixa re
trabalhavam nas constru

alexandra forbes

A assistente social Rose Bastos no local onde mora em Itaquera, zona leste de SP



ITAQUERA

ESTIGMA DA 'QUEBRADA' AINDA NÃO FOI ROMPIDO

Preconceito barrou chance de emprego, conta assistente social moradora de Itaquera, a 25 km do centro de SP

JÚLIA ZAREMBA
DE SÃO PAULO

Há dez anos, a assistente social Rose Bastos, 36, sentiu na pele o estigma carregado por quem mora em Itaquera, na zona leste da capital.

Na ocasião, foi a uma perfumaria no Jardim Anália Franco, bairro nobre também da região leste, para uma entrevista de emprego —ela se candidatava a uma vaga como vendedora.

Assim que falou ao entrevistador onde vivia, porém, foi dispensada.

“O gerente foi muito claro. Disse que eu tinha todos os requisitos necessários para a função, mas que a loja tinha uma política de não contratar moradores de bairros localizados depois de Artur Alvim”, afirma Rose.

Artur Alvim fica a aproximadamente 20 km da região central de São Paulo. Itaquera, a cerca de 25 km. E a zona leste se estende até o Itaim Paulista, a 30 km do centro.

Questionado pela candidata sobre o motivo da restrição, o gerente da perfumaria tentou se justificar: disse que um ex-funcionário, morador de um bairro na periferia da zona leste, havia participado de um roubo à perfumaria. “Ele pegou um fato e generalizou. Deduziu que, se um roubo, todos iriam roubar”, diz ela.

Segundo Rose, essa não foi a primeira vez que foi vítima de preconceito por causa do

bairro onde mora desde que nasceu. A assistente social afirma que a discriminação é recorrente, e algumas vezes velada, escondida atrás de piadinhas.

‘ZONA LOST’

A chacota mais ouvida, conta ela, é a referência à região como zona “lost” (“perdida”, em inglês). Outra brincadeira marcante para ela foi quando um amigo disse que era necessário fazer um seguro de carro para ir até a casa da assistente so-

cial, pois o risco de ser assaltado era grande.

A conotação negativa atribuída à zona leste já fez com que Rose sentisse vergonha de revelar onde mora. Durante uma outra entrevista de emprego e até para um flerte na balada chegou a dizer que vivia em outro bairro.

“O bairro mudou muito na última década. Hoje, você vê casas grandes, pessoas que fizeram faculdade. Tenho amigas doutoras. Apesar disso, ainda há o preconceito de território. O estigma da ‘quebrada’ ainda não foi rompido”, diz, acrescentando que “Itaquera só entrou pro mundo depois que construíram o Itaquerao”, em 2014.

Rose diz perceber que a discriminação é uma constante também em outros bairros da zona leste.

Na ONG em que trabalha, em Cidade Tiradentes, a pouco mais de 10 km de casa, Rose atende famílias e crianças vítimas de abuso e maus-tratos. Segundo ela, também é comum ouvir queixas de mulheres sobre a dificuldade de conseguir emprego.

Nesse caso, entra o fator distância na equação. Porém ela acredita que o argumento pode servir para acobertar o preconceito.

“Osasco também é longe, mas não carrega tanto a questão da distância como um problema”, diz.

Para Rose, quem discrimina moradores da zona leste está “fora do tempo”. “Aqueles que estão em uma posição mais privilegiada na sociedade acreditam que podem humilhar alguém porque mora na periferia. Sou sujeito de direito igual a todos. Acho que é preciso mais empatia”.



O jovem não se aproxima dos partidos porque sente que não há diálogo. Ele procura novas formas de organização, que são em rede, descentralizadas e com múltiplas lideranças

BEATRIZ PEDREIRA
pesquisadora e socióloga



A insurgência tem dificuldades reais de pautar a política pública. O que restou do movimento de 2013 foram os estudantes secundaristas

ALESSANDRA OROFINO
diretora-executiva da Rede Nossas Cidades



Grafite de Michel Onguer no Jardim Nakamura, na zona sul de São Paulo; projeto faz parte de um trabalho com moradores da região

INICIATIVAS COM SAÚDE, SEM EDUCAÇÃO

Programa Saúde da Família é bom exemplo de integração com a comunidade, embora restrito; já escolas em áreas vulneráveis sofrem com falta de políticas específicas

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O Programa Saúde da Família é expressão significativa do valor do território na área da saúde. Ao recrutar agentes na própria comunidade, o programa aumenta a capacidade de construir vínculos e ser legitimado pela população local.

Ao mesmo tempo, permite ao Estado identificar o que precisa ser feito na região.

Por meio de visitas domiciliares, o agente comunitário de saúde acompanha 200 famílias no território da Unidade Básica da Saúde e relata à equipe médica informações sobre aqueles usuários.

Joana Firme Guerra, 57, é agente comunitária desde 2002 na região do Jardim do Carmo, na zona leste de São Paulo. Membro de movimentos sociais e da Pastoral da Criança antes de integrar o programa, diz que a confiança dos dois lados é essencial.

“As informações que nós passamos aos profissionais da saúde ajudam nas consultas e na formulação de prioridades de abordagem e atendimento”, afirma.

Apesar da vocação universal, o Programa Saúde da Família não abrange a totalidade do território nacional. Em 2013, 53,4% dos domicílios brasileiros estavam cadastrados em uma unidade de saúde da família. No Estado de São Paulo, a cobertura não passava de 39%.

Em São Paulo, as primeiras equipes do programa foram constituídas na zona leste, em parceria com a entidade Santa Marcelina, em 2006. A abrangência do programa se destaca, nas grandes cidades, em regiões periféricas.

Isso explica a dificuldade em recrutar médicos para o programa, afirma a diretora técnica do Hospital Santa Marcelina, irmã Monique Bourget. “Sempre foi difícil. Dizem que São Paulo tem uma quantidade razoável de médicos, mas eles estão concentrados no centro da cidade. Poucos estão dispostos a

se deslocar até a periferia.”

Segundo ela, a Santa Marcelina chegou a ter disponíveis 50% das vagas de médicos. “Depois da criação do Mais Médicos, melhorou. Hoje temos 63 profissionais, de um total de 180 vagas, contratados pelo programa, a maioria estrangeiros.”

O programa, no entanto, também é alvo de críticas. Há estudos, segundo a professora Gabriela Lotta, da Universidade Federal do ABC, que apontam o risco dele promover clientelismo.

A relação entre os agentes comunitários e os usuários poderia ser contaminada pelos laços existentes — o agente se aproveitaria de sua condição de representante do Estado para usar o atendimento em troca de favores.

EDUCAÇÃO

Já na área da educação, a dificuldade é ainda maior. “Além da desigual distribuição de recursos, as escolas dos territórios mais vulneráveis das grandes cidades acabam sendo o único equipamento público da região. Portanto, não podem se dedicar a seu único objetivo, que deveria ser educar”, afirma Antonio Augusto Gomes Batista, coordenador de pesquisas do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação).

Por estarem em territórios com especificidades consideráveis, essas escolas precisa-

riam de políticas específicas, que envolvem uma maior coordenação com outros equipamentos e uma abordagem pedagógica própria.

Batista reconhece, porém, a importância de que as diferentes estratégias não acirrem a desigualdade. “Todos concordamos que, para construir uma escola mais justa, todos devem saber as mesmas coisas, daí a importância de uma base nacional curricular. O problema é fazer com que todos aprendam as mesmas coisas, inclusive os que têm mais dificuldade”.

O professor francês Choucri Ben Ayed entende que a escola não pode se inserir de forma unilateral no território, sem considerar as dinâmicas e os atores próprios àquele lugar. A adaptação, porém, deve se restringir à implementação e não extrapolar “para o projeto da escola em si”.

Final, para Ben Ayed, a palavra adaptação pode ser, em muitos casos, um eufemismo para hierarquização, o que cria diferenciação e dificulta o processo que deveria ser almejado, de “universalização forte”.

Para ele, deve haver um empenho maior do poder público em igualar as condições dessas escolas. E isso, segundo ele, pode passar por maiores esforços na alocação de recursos e qualificação de professores de acordo com as carências dos territórios.

GUAIANASES

HISTORIADORA PROCURA RAIZ NEGRA DO BAIRRO

Sheila Silva foi atrás de antigos moradores para contar a origem do povo do lugar onde nasceu, cresceu e ainda vive

CLÁUDIO GOLDBERG RABIN
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Sheila Alice Gomes da Silva é uma espécie de arqueóloga da cultura negra de onde nasceu, cresceu e ainda mora — Guaianases, o último bairro da fronteira leste de São Paulo.

A historiadora de 34 anos decidiu visitar as raízes em seu projeto de mestrado e pesquisar a presença dos negros ali a partir da cultura e da memória de moradores.

“Em geral, a periferia é sempre estudada por alguém de fora. No caso do meu trabalho, eu também sou sujeito do estudo”, diz.

Guaianases está fora da historiografia tradicional, diz ela. Quando citado é sempre à margem ou como excluído. “Meu trabalho vai na contramão dessa visão, no sentido de pensar a periferia por dentro. É sobre nós e por nós.”

SOLIDARIEDADE

Depois do Capão Redondo, na zona sul, Guaianases é o bairro mais citado entre os paulistanos como sendo de periferia, segundo pesquisa do Datafolha.

Na mesma sondagem, 79% dos entrevistados associaram a periferia com a afirmação

de que “os moradores são mais solidários”.

É o que se pode perceber durante uma visita a Guaianases ao lado de Silva.

Percorrendo as ruas da região, ela pede ao comerciante José Celso, 58, para entrar em sua casa e observar o bairro do alto. Como se fosse uma cidade do interior, ele permite a entrada mesmo sem conhecê-la. Da laje dos fundos, foi possível ver um horizonte formado por casas amontoadas, com paredes sem reboco e muitos puxadinhos.

“As construções podem ser imperfeitas, mas abrigam muitas famílias que de outra maneira poderiam estar na rua”, afirma Silva.

Na Travessa do Assobador, Silva visita Penha Maria

Lima Severino, 58, personagem de sua dissertação. Ela é considerada uma representante do conceito de micro-áfrica, definido como espaços de resistência memorial dos negros.

Todo último domingo do mês, Penha Severino organiza o Samba na Sombra — um samba sob a copa de uma árvore na rua Benedito Tadeu.

O crescimento do bairro está ligado tanto à chegada de moradores de outros Estados quanto à expulsão de negros e pobres nos processos de modernização do centro de São Paulo.

Antes da pesquisa, Sheila conta que não se reconhecia nas histórias do bairro, já que os protagonistas eram sempre europeus.

Na introdução da dissertação defendida em 2015, escreveu: “Onde estão as memórias do povo preto? Foram apagadas das histórias de um bairro que se quer branco?” Partiu a campo para buscar as histórias das raízes negras de Guaianases — e achou.



‘

Aqui era sujo, destruído, sem cuidado nenhum. O grafite é uma forma de recuperar os locais. Muitos moradores me disseram que, depois da pintura, um pessoal mal-encarado até deixou de frequentar

MIGUEL ONGUER
grafiteiro



JARDIM NAKAMURA

NA ZONA SUL, COR DO GRAFITE REFORMA ÁREAS DEGRADADAS

Projeto revitaliza escadarias da região, considerada por 70% de seus moradores como área periférica

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Michel Onguer caminha pelas ruas do bairro Jardim Nakamura, na periferia sul de São Paulo, como se fosse guia de um museu a céu aberto.

“Aqui [na rua Miguel Dionísio Valle] fizemos nosso primeiro trabalho. Na época, todo mundo parou para ver o que era”, disse.

Onguer, 33, mostra o muro lateral de uma casa de cerca de quatro metros de altura, ilustrado por desenhos de cinco artistas —três deles chilenos. “Só de tinta foram cerca de R\$ 2.000, mas não cobramos nada.”

O projeto inaugurou a primeira ação da Ciclo Social Arte, organização cultural da qual Onguer é cofundador.

Vestindo uma camiseta verde e um boné azul que levam o nome da instituição, ele diz que é a venda desses produtos que ajuda a pagar a pintura dos murais.

“A galera daqui não entende bem o que estamos fazendo, porque não rola grana. Mas a ideia é buscar a arte e pingar cultura na região”, afirma o artista.

As pinturas dão cor e ao mesmo tempo ajudam a reformar áreas degradadas. Em uma das escadarias da região, ele mostrou o trabalho feito alguns meses antes.

“Aqui era sujo, destruído, sem cuidado nenhum. O grafite é uma forma de recuperar os locais. Muitos moradores me disseram que, depois da pintura, um pessoal mal-encarado até deixou de frequentar”, diz Onguer.

O artista também faz trabalhos autorais, mantém um ateliê em casa e é curador na galeria A7MA (lê-se “a sétima”), que fica na Vila Madalena, na zona oeste. No trajeto até a galeria, ele costuma levar até duas horas.

Onguer e a Ciclo Social Arte também foram convidados para trabalhar no projeto Olha o Degrau, da ONG Cidade Ativa. O objetivo era ajudar a recuperar uma escadaria em frente à Escola Estadual Oscar Pereira Machado, também no Jardim Nakamura, com participação dos próprios estudantes.

“O trabalho dele já deixou marcas na comunidade. É um artista sensível em construir um diálogo com o contexto social”, diz Claudemir Queiroz, 45, diretor da escola.

Na região onde 70% de seus moradores classificaram como periferia, segundo pesquisa do Datafolha, Onguer definiu o termo como “uma maioria esquecida”. No Jardim Nakamura, um de seus objetivos é criar um roteiro de caminhada para guiar os turistas e mostrar os grafites do bairro. Mais do que um guia de museu, o plano é se tornar um curador urbano. (CLÁUDIO GOLDBERG RABIN)



Michel Onguer, 33, em frente a um de seus murais, no Jardim Nakamura, zona sul de SP



HÁ DEZ ANOS, NASCEMOS.
E DESDE ENTÃO, MUITA COISA BOA NASCEU TAMBÉM.

Nasceu uma nova forma de a comunidade se relacionar com seu território.

Nasceram ações colaborativas, de atendimento, fortalecimento, mobilização.

Nasceram novos centros de lazer, de conhecimento, de troca de experiências.

Nasceram novas histórias para gente que achava que a história continuaria sendo sempre a mesma.

Nasceu nosso primeiro Seminário Internacional.

Nasceu um novo olhar sobre a cidade, sobre a periferia, sobre São Miguel Paulista.

Há uma década, a Fundação Tide Setubal trabalha junto à comunidade com a missão de contribuir para a promoção do desenvolvimento local sustentável da região de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo.

Ao lado desses territórios: esse é o nosso lugar.

A você, que participou do **Seminário Internacional Cidades e territórios: encontros e fronteiras na busca da equidade**; a você que faz parte da nossa história; a você que ocupou seu lugar nessa conversa: **nosso muito obrigada.**



Fotos: Eduardo Knapp/Folhapress

Sheila Alice Gomes da Silva em laje com o bairro Guaianases ao fundo



CENTRO	4,2
NORTE 1	8,9
NORTE 2	10,8
LESTE 1	6,4
LESTE 2	14
LESTE 3	14,7
SUL 1	10,4
SUL 2	21,5
OESTE 1	6,5
OESTE 2	2,6

47%

dos paulistanos vivem nas três regiões em que mais de 60% se dizem da periferia



Fotos Marcus Leoni/Folhapress



Casas em Guaianases

OPINIÃO

HAROLDO DA GAMA TORRES

A PERIFERIA AINDA É AQUELA

Recentemente, tive a oportunidade de conhecer Pau de Lima, distrito distante da periferia de Salvador. Revi a mesma cor ocre dos casarios mal construídos, como que empilhados uns sobre os outros; a aflitiva ausência do verde; a topografia sinuosa, a sugerir que muitos ali vivem em locais de risco; as dezenas de fios cruzando-se perigosamente entre os poucos postes mal instalados; e o olhar curioso dos passantes para o carro estrangeiro, arremetendo ladeira acima.

De novidade, observei poucas crianças e muitos idosos na rua. Percebi maior presença de veículos, como os absurdos mototáxis. Notei a infraestrutura mais organizada, com melhor arruamento e vielas calçadas. Surpreendi-me positivamente com o impressionante equipamento de saúde CCVP (Complexo Comunitário Vida Plena), uma unidade docente-assistencial mantida pela Sociedade Hólon em parceria com a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.

E me agarrei ao sorriso franco das senhoras negras, que continuam achando a vida bela. Na Bahia, as pessoas conseguem rir com gosto, mesmo no sufoco.

Entrevistamos a médica responsável pelo centro de saúde. Mulher notável, cumprindo com esperança a missão de ajudar a carregar este mundo nos ombros. Obrigada, dra. Eleonora. Sua narrativa sobre as condições sociais, porém, me pareceu trá-

gica como sempre: adolescentes grávidas, tráfico de drogas, doenças infecciosas. Mas, à medida que o Brasil periférico avança, outras patologias emergem: obesidade, depressão, desemprego, juventude sem rumo.

Sai de lá com a sensação que a periferia continua periferia, apesar da mudança experimentada pelo Brasil nas últimas décadas. A renda pode ter aumentado, as casas podem ter uma grande geladeira, mas a enorme desigualdade social ainda é exasperante. A sensação de violência parece maior. Muitas crianças de Pau de Lima, assim como de outros lugares do Brasil, não concluirão o ensino médio e não terão qualquer chance de obter um trabalho decente no século 21. O desemprego continuará galopante e sem solução. E a promessa de que o Estado será capaz de resgatar a dívida social torna-se agora uma absurda miragem, à luz das notícias de um endividamento público estratosférico e de governos sem rumo.

No entanto, talvez o mais preocupante seja a percepção de que a periferia saiu do radar. É assunto latente, doloroso, do qual poucos falam.

Embora a “ascensão” das classes C e D tenha sido bastante discutida nos últimos anos, o fato é que, mesmo com o eventual reaquecimento da economia, grande parte desse grupo continuará na periferia e de lá não sairá. As chances de mobilidade social ascendente seguirão limitadas enquanto as escolas forem de pior qualidade, o acesso ao mercado de trabalho continuar distante e precário e, principalmente, as diferentes esferas de poder continuarem a olhar para esses locais com um misto de medo, rejeição e desinteresse.

Um contrassenso, dado que a periferia somos todos nós.

HAROLDO DA GAMA TORRES é demógrafo e cofundador da Din4mo, consultoria especializada em negócios com impacto social

O gestor ambiental e empreendedor Bruno ‘Capão’ na porta do Ateliê Sustenta Capão



CAPÃO REDONDO

DA PADARIA ‘GOURMET’ ÀS AULAS DE INOVAÇÃO NA LAJE

Empreendedor que começou vendendo pão de mel cria laboratório de ideias para inspirar juventude da zona sul

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

José Carlos Anuniação faz o pão e Bruno “Capão”, o marketing. Os irmãos trabalham para oferecer aos clientes a “experiência sensorial” de uma padaria “gourmet” em pleno Capão Redondo, bairro mais lembrado como “periferia” pelos paulistanos, segundo pesquisa Datafolha.

O espaço, batizado de Ateliê Sustenta Capão, só recebe fregueses sob demanda. Por fora, combina com o entorno: é uma porta simples, no fim de um beco. Por dentro, parece um bar descolado da zona oeste, com fornos de pão, pergolado coberto por folhas de parreira e decoração “sustentável”, toda feita de itens encontrados no lixo.

Até chegar a esse modelo, Bruno Capão, 27, penou. No

primeiro projeto, em 2012, a dupla vendia pães de mel feitos com uma receita da avó.

“Começamos com um investimento de R\$ 70. Com o tempo, o produto se popularizou, mas não conseguimos dar conta da demanda, então quebramos”, disse.

No momento, José Carlos, 35, trabalha em uma padaria que mantém no bairro, vendendo, além do pão de mel, pães orgânicos e focaccias integrais. Bruno, formado em gestão ambiental, atua em três frentes: na ONG Base Colaborativa, com sede no Jardim Paulista, no serviço de “experiência sensorial” do Sustenta Capão aos fins de semana e em um projeto chamado Lado B do Capão, que ele define como um laboratório de inovação social.

“É a minha utopia. Vamos ensinar negócios, educação e sustentabilidade. Já temos a laje onde vão acontecer as aulas”, afirmou.

Bruno Capão, que domina bem o jargão dos empreendedores sociais, conta que a se-

de vai ser na sua casa.

“Quero fazer com que as pessoas saiam das suas bolhas e ampliem sua rede de contatos. Vamos trazer protagonistas para inspirar os jovens da comunidade”, diz.

Da infância pobre até o empreendimento, o fundador do Sustenta Capão também tem uma história de redenção.

“Comecei cedo no crime e na droga. Com 14, já fumava maconha. Com 15, fui para a Febem, hoje Fundação Casa.”

Depois de seis meses, fugiu, ele conta. Viveu um mês na rua até ser encontrado pelos pais, que o convenceram a se entregar. “Então eu estava decidido a cumprir o resto da pena. Quando saí, acabei o ensino médio, fui pai e realizei meu maior sonho até então: virei lixeiro.”

O empreendedor entrou no curso de gestão ambiental e começou a dar valor ao lixo. Ganhou em casa o apelido de “acumulador” e, na comunidade, de “louco do projeto”. Tem sempre um na cabeça.

(CLÁUDIO GOLDBERG RABIN)

➤
A RENDA PODE TER AUMENTADO, AS CASAS PODEM TER UMA GRANDE GELADEIRA, MAS A DESIGUALDADE SOCIAL AINDA É EXASPERANTE